

## Prefácio

João Quartim de Moraes

**Como citar:** MORAES, J. Q. de. Prefácio. *In:* MAZZEO, A. C. **O vôo de Minerva**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 7-13. DOI: <https://doi.org/10.36311/2009.978-85-7559-130-7.p7-13>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

## PREFÁCIO

I

**F**ruto de um vasto esforço de compreensão histórico-genética da cultura política da Grécia Clássica, este livro anuncia no subtítulo não somente o termo-chave de sua investigação, mas ainda a perspectiva crítica em que ela se inscreve. A. C. Mazzeo defende e ilustra, com efeito, a hipótese de que o “Ocidente Antigo” resulta “de um longo processo de *mediterraneanização da cultura oriental*”. A ênfase em itálico, que é dele, chama a atenção do leitor para os povos e culturas que precederam os helenos na cena histórica e com eles mantiveram, pelo menos desde o terceiro milênio antes de nossa era e, sobretudo, ao longo do segundo milênio, multiformes relações que redundaram “*numa absorção da cultura oriental pelo Ocidente*”. Contrariamente, pois, ao que sugere o significado geopolítico conferido ao termo pela ideologia dominante, o complexo cultural chamado *Ocidente* não nasceu pronto, à maneira da deusa Athena<sup>1</sup>, surgida da fronte de Zeus já armada e equipada da plenitude de seus poderes.

Há muitas maneiras, umas mais rudes, outras mais habilidosas, de reproduzir as conotações colonialistas e racistas que a ideologia imperialista associa ao termo. O idioma imperial dominante possui as palavras “Occident” e “West”. Deixando de lado o sentido meramente astronômico (a direção em que o Sol se põe), as duas denotam uma idéia-força da geopolítica da Guerra Fria. “West”, esclarece-nos o respeitado *Webster’s New World Dictionary*, engloba “the U. S. and its non-Communist allies in Europe and the Western Hemisphere”<sup>2</sup>. O mesmo vale para

<sup>1</sup> Ou Minerva, o nome romano pelo qual nosso autor prefere chamá-la.

<sup>2</sup> *Webster’s New World Dictionary of the American Language*. Second College Edition (Nova York/Cleveland, The World Publishing Company, 1970), p. 1.615 (verbetes “west”).

o francês: “Occident”, segundo o *Robert*, designa em seu sentido “político” “a Europa ocidental, os Estados Unidos e, mais geralmente, os membros da Otan”. Louve-se a sinceridade.

Sintomática nessas definições consagradas é a ausência da determinação recíproca entre Ocidente e seu oposto complementar, o Oriente. No verbete que os referidos dicionários consagram a esse termo (bem como, em inglês, a “East”), não aparece nenhuma conotação política: é a direção em que o Sol se levanta. Ironicamente, o Japão, país do sol nascente, está geopoliticamente vinculado ao sol poente, desde que, por força de duas bombas atômicas, tornou-se satélite estadunidense. Vale assinalar ainda o conhecido vício lógico em que, também sintomaticamente, incorrem aqueles dicionários ao repetir a noção a ser definida (*West, Occident*) na própria definição (*Western Hemisphere, Europa ocidental*). Preferem não levar em conta que o *Ocidente* se define contraditoriamente por seu Outro, o *Oriente*, que se tornou objeto de estudo por ser objeto de dominação dos ocidentais, como tão certamente mostrou Edward Said em seu notável *Orientalismo*.

Estudando a contribuição do Oriente às formações sociais que configuraram o “Ocidente Antigo”, Mazzeo se inscreveu na mesma posição crítica, notadamente ao enfatizar a forte influência que as talassocracias de Chipre e de Creta, que dominavam a técnica do bronze, receberam do Egito faraônico e do império hitita. A mais importante daquelas primeiras grandes civilizações das ilhas mediterrâneas, a minóica (nome que provém do legendário rei Minos), cujo centro era Cnossos, na ilha de Creta, atingiu seu máximo desenvolvimento entre 2000 a. C. e 1600 a. C. Em torno de 1450 a. C., ela foi subjugada por Micenas (uma talassocracia situada no Peloponeso, portanto de base continental), que tomou o palácio de Cnossos.

A importância histórica da conquista miceniana não se limitou à substituição de um centro de poder por outro; com ela configurou-se a afirmação da etnia helena na cena histórica. Sabemo-lo com certeza graças aos arqueólogos e linguistas que identificaram em Creta três escritas arcaicas, das quais uma era hieroglífica e duas outras, conhecidas por linear A e linear B, embora contendo alguns ideogramas, eram silábicas. Das três, só a última foi decifrada, em meados do século passado, quando encontrado nas ruínas do palácio miceniano de Pylos, na Grécia Continental, um arquivo de tabuletas de argila em linear B grande o bastante para proporcionar a massa crítica necessária à interpretação de seus signos. Descobriu-se então que ela denotava o dialeto miceniano, um estágio arcaico da língua grega (anterior ao dos poemas homéricos). Admitindo-se, como tudo indica, que a linear

A grafava um idioma estranho à grande família indo-européia, segue-se que, ao conquistarem Creta, os guerreiros de Micenas adaptaram a linear A à fonética de sua própria língua proto-helena. Desse empréstimo resultou a linear B, a primeira escrita do “Ocidente Antigo”.

Alguns séculos depois, os gregos fizeram novo empréstimo, ainda mais decisivo: importaram de seus vizinhos orientais da Fenícia uma das mais decisivas ferramentas culturais da comunicação, a escrita alfabética. Adaptaram-na inovando: o alfabeto fenício tem vinte e dois caracteres, que denotam somente as consoantes; os gregos acrescentaram ao seu as vogais.

## II

Tanto a formação social minóica quanto a miceniana apresentavam uma organização econômica dita “palacial”. A base produtiva dessas sociedades eram as aldeias camponesas. Elas pagavam tributo ao Palácio, centro administrativo e militar, que também controlava a produção manufatureira (tecelagem e metalurgia) e o comércio. Até aqui estamos, pois, diante de uma forma histórico-concreta do chamado “modo de produção asiático”. Como, a partir dela, processou-se a passagem ao modo de produção do “Ocidente Antigo”? Um dos interesses maiores do livro de Mazzeo é ter enfrentado essa questão. Avança a hipótese de que “o palácio subsidia e alia-se a uma classe mercantil [...], não somente da própria ilha (Creta), mas também das outras cidades, inclusive do Continente, sob sua hegemonia”, para sustentar que assim se introduziu “a *inovação e a diferenciação* da sociedade cretense, em relação às sociedades orientais”. Na estrutura social teriam então surgido “formas embrionárias de propriedade privada”, inicialmente “ligadas e subordinadas ao palácio” e vinculadas às comunidades de aldeia. Mesmo admitindo que o comércio constituía o “pólo dinâmico” da economia miceniana, isso não bastaria, entretanto, para explicar a origem da diferença ocidental. Afinal, o Oriente comerciou muito desde a alta Antigüidade, e não somente pela chamada rota da seda. Quem não ouviu dizer que os fenícios eram um povo comerciante?

Por isso, embora evocando ele próprio muitas vezes o papel dissolvente que o comércio exerce sobre as sociedades nas quais predominam a aldeia camponesa e a produção de valores de uso, Marx não considerava que esse fosse o fator decisivo da diferença “oriental”. Numa carta a Engels, datada de 2 de junho de 1853, após notar que, sobre “a formação das cidades no Oriente, não há leitura mais eloqüente, mais brilhante e sobretudo mais convincente do que o velho (viajante francês) François Bernier”, enfatiza que ele descobriu “com muita justeza a forma

fundamental de todos os fenômenos do Oriente [...] no fato de que não existia propriedade fundiária privada. Essa é a verdadeira chave do céu oriental”<sup>3</sup>.

Engels, em sua resposta, de 6 de junho, apóia e desenvolve a interpretação de seu amigo:

A ausência de propriedade privada é, com efeito, a chave de todo o Oriente. Sobre ela repousa a história política e religiosa. Mas donde vem que os orientais não chegam à propriedade fundiária, mesmo sob forma feudal? Creio que isto se deve principalmente ao clima, aliado às condições do solo, sobretudo nos grandes territórios desérticos que vão do Sahara, através da Arábia, da Pérsia, da Índia e da Tartária, até os altos planaltos asiáticos. A irrigação artificial é aí a condição primeira da agricultura; dela se encarregam ou as comunas ou então o governo central.<sup>4</sup>

Parece-nos, entretanto, excessivamente simplificadora a oposição que H. Lefebvre estabelece entre a “construção do Estado no Oriente”, que se basearia no uso da água, “enquanto no Ocidente o fundamento é a terra, a utilização produtiva do solo, as rendas geradas pelo solo (em natureza, em trabalho, em moeda) e a troca de seus produtos”. A tese de que a água, mais exatamente a construção e manutenção de grandes obras hidráulicas, explica a origem do Estado oriental foi sobretudo defendida por K. Wittfogel em seu *Oriental Despotism: a Comparative Study of Total Power*. Infelizmente, os elementos de pesquisa científica que comparecem em seu vasto estudo estão comprometidos por uma operação ideológica que visa a associar o Oriente ao despotismo e ao totalitarismo e a enfatizar o caráter ocidental da democracia, justificando destarte a agressão ocidental aos países “despóticos”.

Atendo-se à objetividade científica, Marx e Engels tinham se contentado em discernir um nexos forte entre as obras de irrigação em larga escala, indispensáveis à agricultura, e a tendência, a certo grau variável (Engels fala em comunas *ou* províncias *ou* um governo central), de surgimento das formas iniciais do poder de Estado. Mas o controle do “poder hidráulico” sobre as aldeias camponesas apenas conservou o modo coletivo de apropriação da natureza que vinha do Paleolítico. Contrariamente aos pressupostos da ideologia burguesa, a apropriação privada da terra não é natural. Os fundadores do materialismo histórico rejeitaram sempre com muita lucidez as doutrinas sobre o homem isolado no “estado de natureza”, celebrizadas por Hobbes, Rousseau etc. O homem primordial era gregário; o indivíduo-proprietário é um produto tardio da evolução histórica. O fator hidráulico contribuiu para o surgimento das formas proto-estatais do Oriente, as

<sup>3</sup> Cf. K. Marx e F. Engels, *Correspondance* (Paris, Éditions Sociales, 1972), t. III, p. 378-80.

<sup>4</sup> Cf. *ibidem*, p. 384 e seguintes.

quais, por sua vez, inibiram eventuais tendências à privatização da terra. Mazzeo tem razão de ver no fato de essas tendências terem logrado se impor no Ocidente antigo o ponto de partida da diferenciação de sua base econômica relativamente às sociedades orientais. Mas o efeito dissolvente do comércio sobre as comunidades de aldeia oferece apenas um começo de explicação da diferença ocidental, já que no Oriente também se comerciava. A pergunta sobre a origem da propriedade privada da terra permanece, pois, sem resposta histórico-materialista plenamente satisfatória.

Permitimo-nos aqui uma digressão para pôr em perspectiva histórica mais ampla a questão decisiva da diferenciação das linhas de evolução na história da humanidade. No tempo longo da evolução do *homo faber*, a bifurcação mais radical do tronco originário (o qual, segundo a hipótese mais consistente, disseminou-se pela Eurásia a partir do berço africano) foi a que resultou da migração dos caçadores neolíticos que, no rastro das manadas de caribus, abundantes nas terras da atual Sibéria, avançaram para o extremo oriente até chegarem ao extremo ocidente numa época em que esses dois extremos formavam um istmo, antes de serem submergidos pelas águas montantes do oceano, que o transformaram no que hoje se chama o estreito de Behring. O desenvolvimento das formações sociais criadas por esses primeiros povoadores do Novo Mundo<sup>5</sup> ao longo dos cerca de vinte mil anos em que permaneceram sem contato com o tronco maior da humanidade permite discernir os traços universais e as características diferenciais da multiforme evolução econômica e cultural do *homo faber*, exatamente porque, em contraste com a forte interação entre Oriente e Ocidente antigos, esse ramo desgarrado do restante da espécie desde o Neolítico inventou também, sem influências exógenas, a agricultura, a metalurgia, a cidade, o Estado, a religião etc.

Em ironia cruel, que atesta a longa tenacidade da carga semântica colonialista investida no termo *Oriente* (o “Outro” dominado do Ocidente dominador), Cristóvão Colombo, ao desembarcar nas ilhas do Caribe, pensou ter atingido as primeiras ilhas costeiras da Índia e por isso chamou índios os povos que lá encontrou. Sua hipótese era correta: navegando sempre rumo ao ocidente solar, chegaria ao Oriente. Mas ignorava que entre este e o Ocidente havia um continente. Terem

<sup>5</sup> Das designações atribuídas pelos europeus à terra imensa em que tinham desembarcado, Novo Mundo nos parece a menos carregada de eurocentrismo colonialista. Mesmo porque a arqueologia confirmou, *ex post*, que ela era ainda mais acertada do que podiam supor os que a adotaram: o fato de nunca terem sido encontrados, no nosso lado do mundo, restos fósseis de outras espécies do gênero humano, nem de grandes primatas, confirma que os caçadores de caribus foram os primeiros povoadores de um mundo novo.

sido descobertos pelos europeus custou muito caro, sabemos todos, aos povos indígenas do Novo Mundo. Culturas originais, na forma e no conteúdo, foram suprimidas num curto tempo histórico. Esse encontro aniquilador contrasta com a milenar coexistência do Oriente e do Ocidente, tantas vezes belicosa, mas carregada de influências recíprocas e de alternâncias de dominação (a mais recente, no horizonte histórico de nosso tempo, é a ascensão do poderio da China e o correlato declínio dos Estados Unidos e de seus sócios da União Européia).

### III

Talvez a maior ambição teórica do livro seja comprovar uma forte conexão entre o afloramento da propriedade privada e a invenção da democracia. A aura que cerca esse termo nas idéias dominantes de nossa época (que são as idéias do liberal-imperialismo) ofuscou até mesmo um autor cuja contribuição ao marxismo é merecidamente reconhecida. Segundo Perry Anderson, com efeito, “a rejeição dos corpos constituídos – civis ou militares – separados do cidadão ordinário [...] definia a democracia ateniense”<sup>6</sup>. Na verdade, definia não só a democracia ateniense, mas a *pólis* em geral, quer o detentor do poder fosse o *dêmos* (= cidadania ampla), quer fosse uma oligarquia (= cidadania restrita). Limitando à *politéia* democrática uma característica própria a todas as *politéiai* da Grécia clássica (nem a realza (*basiléia*), nem a tirania, nem a oligarquia dispunham de burocracias), ele confunde cidadania e democracia. O próprio tirano (que freqüentemente se apoiava no povo para exercer o poder) se distinguia do déspota oriental exatamente por não dispor dos serviços de uma protoburocracia detentora dos meios organizados de gestão e de coerção sociais.

Mazzeo, que não incorreu nesse equívoco, assinala com razão que a democracia escravista clássica é a forma política de um “governo oligárquico alargado”. Ela resultou, com efeito, de um processo de lutas sociais ao longo das quais a massa dos homens livres conquistou o direito à cidadania e com ele a participação ativa no exercício do poder.

Mais complexa e delicada é a questão da “precoce e ampla emancipação do desenvolvimento da ciência em relação às necessidades sociais e ideológicas da religião”. A religião cívica das *pólis* favoreceu o advento do conhecimento teórico? A “inexistência de um poder sacerdotal centralizado monopolizador que

<sup>6</sup> Perry Anderson, *Les passages de l'Antiquité au féodalisme* (Paris, Maspero, 1977), p. 47 [ed. bras.: *Passagens da Antigüidade ao feudalismo*, São Paulo, Brasiliense, 2007].

mantém em segredo o conhecimento e de uma teologia obrigatória” certamente contribuiu para gerar “as condições histórico-objetivas para a potencialização do conhecimento científico-técnico produzido no Oriente”. Mas a condenação de Sócrates por impiedade mostra os riscos que podia correr a crítica filosófica da religião estabelecida, na medida em que esta se identificava com os valores da *pólis*. De qualquer modo, o interesse de um livro está principalmente nas questões que coloca. O de Mazzeo é dos que fazem o leitor pensar.

*João Quartim de Moraes*